

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200577-7
ECT/DR/RJ
CAPAX DEI EDIT. LTDA.

A “Máfia Verde” investe contra o corredor Cerrado- Amazônia

Novembro de 2003



A "Máfia Verde" ataca o corredor Cerrado-Amazônia

No último dia 20 de outubro, uma malta formada por 500 Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras e estrangeiras enviou uma carta aberta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva contendo um verdadeiro ultimato, exigindo mudanças na condução da política "socioambiental" do governo, que estaria tomando sucessivas decisões contrárias aos anseios da "sociedade civil organizada". Dentre essas decisões, estão listadas a inclusão no Plano Plurianual (PPA) de inúmeras obras de infra-estrutura na Amazônia, a liberação dos transgênicos, a ameaça à integridade das terras indígenas etc. Diante disso, exigiram uma pauta emergencial com medidas

concretas para reverter tal quadro, inclusive com a efetiva participação das ONGs no processo decisório do governo referente às políticas "socioambientais", o fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente, o respeito ao "princípio da precaução" e outras. Caso contrário, ameaçaram de forma pouco velada que poderiam contribuir decisivamente para o desgaste da imagem do governo "junto à opinião pública dentro e fora do país".

Entre as obras de infra-estrutura do PPA atacadas, incluem-se as usinas hidrelétricas de Belo Monte, no rio Xingu, Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, os gasodutos Coari-Manaus e Coari-Porto Velho e o asfaltamento de várias rodovias na Amazônia, entre as quais a Cuiabá-Santarém (BR-163). Esses e outros empreendimentos de infra-estrutura são fundamentais para construir as bases de uma economia moderna na região, ajudando a recolocar o País nos trilhos do pleno desenvolvimento e a evitar a eclosão de uma crise social sem precedentes em nossa história, para a qual caminharemos



Publicado pelo
MSIA – Movimento de
Solidariedade Ibero-americana

Edição em português

Diretora: Sílvia Palacios

Redator: Geraldo Luís Lino

Traduções: Yára Müller

Rio de Janeiro: Rua México, 31 s.202 – CEP 20031-144

telefax: + (21) 2532-4086; e-mail: msia@mundivox.com.br

Porto Alegre: Caixa Postal 5035 – CEP 90041-970

telefax: + (51) 3331-6164

Projeto Gráfico: Maurício Santos

inexoravelmente, caso persista o presente quadro de marasmo econômico.

Tais fatos evidenciam a face verdadeiramente fascista do ambientalismo radical, representado por ONGs que contam com vastos recursos financeiros de instituições estrangeiras, privadas e governamentais, e até mesmo do próprio governo brasileiro – neste caso, na casa das centenas de milhões de reais –, para efetuar suas campanhas contrárias ao progresso e ao bem-estar geral das populações que dizem querer proteger contra os “excessos” do desenvolvimento. Não deixa de ser irônico que o Governo Federal ajude a alimentar essa “quinta coluna” antidesenvolvimentista, como também ocorre com um movimento como o MST (com cestas básicas, convênios “educacionais” etc.), para o qual a “reforma agrária” apenas serve de biombo para uma maldisfarçada agenda proto-insurgente.

Assim como os ambientalistas e indigenistas radicais, muitos dos quais fazem desse proselitismo um rentável meio de vida, o MST e outras organizações do gênero compõem uma massa de manobra para a qual já existe até mesmo uma nova construção ideológica: as “multidões”, que, diante da suposta falência dos Estados nacionais, ver-se-iam forçadas a reivindicar suas necessidades por meio de ondas contínuas de raiva globalizada – formulação que vem sendo propagandeada pelo filósofo-terrorista italiano

Antonio Negri e seus seguidores. Uma amostra do que podem fazer tais “multidões”, quando desprovidas de um projeto claro de desenvolvimento que beneficie todos os segmentos da sociedade, pôde ser vista nas recentes convulsões que abalaram a vizinha Bolívia.

O Governo brasileiro não pode de forma alguma subordinar a agenda do desenvolvimento nacional aos argumentos anticientíficos e sectários dos ambientalistas radicais. Além disso, seria de todo conveniente que os desembolsos financeiros para ONGs que, com grande frequência, se voltam contra o próprio Governo, sejam melhor avaliados e fiscalizados, especialmente num momento em que as restrições e o contingenciamento orçamentário têm afetado drasticamente as atividades de todos os órgãos governamentais e provocado um brutal quadro de recessão econômica em todo o País. Quanto à opinião pública em geral, ela deve acautelar-se contra o discurso faccioso dos que ocultam a sua face retrógrada e intolerante por trás de causas supostamente nobres.

Uma análise das origens, agendas e fluxo de recursos das principais ONGs que subscrevem a carta ao presidente Lula revela que, sob o biombo da “proteção ambiental”, oculta-se a defesa de interesses estratégicos e geopolíticos alheios ao País. Nesse contexto, elas atuam como verdadeiros “capatazes do neocolonialismo”.

O significado estratégico do corredor Cerrado-Amazônia

É amplamente reconhecido que, desde o período colonial, potências estrangeiras têm demonstrado grande interesse estratégico e cobiça pela Amazônia brasileira, atraídas pelo imenso potencial de seus recursos naturais, em sua maior parte ainda desconhecidas ou inexplorados. Também é factual que a Amazônia permanece escassamente povoada e relativamente isolada do restante do país. Por outro lado, só será possível desenvolvê-la e integrá-la adequadamente ao restante do país por meio de grandes empreendimentos de infra-estrutura, a exemplo do que fizeram outros países de grande extensão territorial, como os Estados Unidos, a Rússia e, mais recentemente, a China, que se transformou num gigantesco canteiro de obras para implantar seu ambicioso projeto de “corredores de desenvolvimento”.

Assim, olhando-se o mapa do Brasil, verifica-se que a região do Cerrado constitui uma espécie de “ponte” natural para a integração da Amazônia, principalmente com a Região Sudeste, a de maior densidade econômica da América do Sul.

O Cerrado, por sua vez, longe de ser apenas uma região de passagem, possui um enorme potencial agropecuário e industrial, que mal começou a ser aproveitado. De fato, o Cerrado foi descrito como o “celeiro do século 21” pelo Dr. Norman Borlaug, que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1970 por suas pesquisas que possibilitaram a chamada “Revolução Verde”, responsável pela triplicação da produção mundial de grãos em apenas 50 anos, passando de 680 milhões de toneladas, em 1950, para 1,9 bilhão de toneladas, em 2000. No Brasil, a principal instituição responsável por essa revolução foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e seus resultados mais espetaculares foram obtidos exatamente no Cerrado, região que os compêndios escolares, ainda na década de 1970, descreviam como inóspita e não-agricultável. E, sem dúvida, um dos grandes feitos da Embrapa e outros institutos nacionais de pesquisa foi obter a adaptação da soja, original de clima temperado, para as condições tropicais e com índices de produtividade crescentes.

Não é somente a soja que é produzida em grande escala e com alto rendimento no Cerrado, mas também o milho, arroz, algodão, citros, carne e outros. Recentemente, a Embrapa anunciou que está próximo o momento em que produtores de trigo irrigado nas áreas de cerrados poderão colher mais de 8 mil quilos por hectare!

Segundo o agrônomo Dr. Ady Raul da Silva, ex-pesquisador da Embrapa e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, os cerrados têm disponíveis e próprios para a agricultura mais de 80 milhões de hectares, além de outros 77 milhões de hectares em “reserva” para assegurar a biodiversidade.

Considerando ainda as suas ótimas condições climáticas, a utilização de modernas técnicas em todo ciclo agropecuário e a competência demonstrada por seus produtores rurais, verifica-se que o Cerrado reúne todas as condições necessárias para replicar no interior brasileiro o célebre “Cinturão Verde” dos Estados Unidos, tornando-se um pólo agropecuário-industrial de expressão internacional bem maior do que a já demonstrada atualmente.

Esse potencial é bem conhecido das potências mundiais, como os EUA, cujos órgãos oficiais, como o Departamento de Agricultura, têm produzido diversos relatórios mencionando o

EUA reconhecem potencial agrícola brasileiro

Em 21 de janeiro de 2003, o Departamento de Agricultura dos EUA emitiu o relatório intitulado *Brasil: Subestimado o potencial de expansão agrícola futura* constatando pura e simplesmente que a agricultura brasileira tem um enorme potencial de expansão futura e que as estimativas anteriormente feitas a respeito foram grosseiramente subestimadas.

Fruto da viagem de uma equipe técnica estadunidense ao Brasil, seus autores constataram que mesmo uma estimativa conservadora indica que o País poderia aumentar sua área cultivada em 170 milhões de hectares, área maior que a total atualmente cultivada nos EUA. Esta estimativa inclui a conversão de 40-50% da vasta área de pastagens (177 milhões de hectares, segundo o relatório) em plantações de grãos e soja, mas não considera eventuais avanços da fronteira agrícola na Amazônia.

Um aspecto que chama a atenção no relatório refere-se aos transgênicos, in-

cluídos entre as “mudanças revolucionárias”, cuja legalização aumentaria ainda mais a rentabilidade dos sojicultores brasileiros. O outro item destacado são as novas variedades convencionais de soja e milho de alto rendimento desenvolvidas pela Embrapa, adaptadas para qualquer região ou condição climática do país, como a nova cultivar BRS-Raimunda, com rendimento médio de 5 toneladas por hectare sob condições normais do Cerrado, bem acima das 2,4-3,3 toneladas por hectare produzidas pelas variedades em uso.

O relatório lista também os problemas que podem, eventualmente, reduzir este extraordinário potencial agrícola brasileiro, dentre eles a redução ou paralisação da implantação da infra-estrutura de transportes (principalmente no Cerrado) e o surgimento de novas leis ambientais que aumentem as áreas de preservação, uma menção indireta ao nefasto e inócuo Código Florestal em vigor.

Centro-Oeste brasileiro como uma séria ameaça aos grãos produzidos naquele país, desde que o Brasil consiga viabilizar transporte barato entre as áreas de produção e os portos. Num dos mais recentes, intitulado *Brasil: Subestimado o potencial de expansão agrícola futura*, o Departamento de Agricultura dos EUA reconhece que subestimou o potencial agrícola brasileiro, particularmente, no Cerrado.

Por esses motivos, diz-se que a soja atualmente produzida no Cerrado é imbatível “da porteira para dentro”. É fundamental, portanto, equacionar-se a questão da logística de transportes na região, cuja solução passa necessariamente pela utilização muito mais intensiva dos modais hidroviário e ferroviário, além da complementação, recuperação e asfaltamento das rodovias existentes na região.

Desse modo, a malha de infra-estrutura adquire uma importância estratégica vital para o futuro do país, a de resolver o “gargalo logístico” do Cerrado e conectar a Amazônia ao restante do país. De fato, como já mencionado, devemos criar verdadeiros “corredores de desenvolvimento” ao longo dessas vias no entorno das quais surgirão novas cidades, induzindo a criação de riqueza real e promovendo a ocupação territorial do interior brasileiro, atraindo novos contingentes populacionais, especialmente jovens em busca de oportunidades de trabalho, que se amontoam em saturadas megalópoles costeiras, disputando empregos cuja

criação é cada vez mais difícil. Tais grupos constituirão um elemento básico para promover, em suma, uma verdadeira “marcha para o Cerrado”.

Essa interiorização do desenvolvimento nacional é uma conseqüência lógica de um processo iniciado pelo Governo Vargas, ainda na década de 1940, com as expedições Roncador-Xingu, posteriormente amplificado com a construção de Brasília e de artérias viárias como as rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e Cuiabá-Santarém (BR-163), esta última ainda não totalmente pavimentada. Tal processo, grandemente beneficiado pelas façanhas científico-tecnológicas da Embrapa e outros centros de pesquisa brasileiros, não se limitou ao Centro-Oeste, estendendo-se igualmente à “Calha Sul” do Amazonas – fator fundamental para assegurar o efetivo domínio soberano da região.

Por conseguinte, com uma visão estratégica mais abrangente, esse complexo de infra-estrutura tem uma amplitude que transcende as fronteiras nacionais e até mesmo a própria América do Sul. De fato, ele poderá interligar-se a uma rede de “corredores de desenvolvimento” capazes de promover a integração físico-energética de todo o subcontinente sul-americano, ajudando a superar as injunções geopolíticas do passado, que colocaram nossos países virtualmente de costas uns para os outros, uns voltados para o Atlântico e outros para o Pacífico. As bases de entendimento



Fig. 1 – Mapa da IIRSA, mostrando os principais eixos de integração da América do Sul.

para essa integração foram assentadas na cúpula presidencial de Brasília, realizada no final de agosto de 2000, que reuniu pela primeira vez na História os presidentes de todos os países sul-americanos para um encontro específico para a região. Como resultado do evento, para coordenar o planejamento estratégico necessário, foi criada a Iniciativa de Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com a participação ativa da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, mais recentemente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nos mapas a seguir, estão assinalados os principais “corredores” pro-

postos para a integração física sul-americana.

É importante ressaltar que, historicamente, a produção e o fluxo de alimentos, juntamente com os de matérias-primas como recursos minerais, energéticos etc., sempre foi um elemento de controle utilizado por grandes potências para seus planos hegemônicos. Assim, o surgimento do que pode transformar-se no maior pólo produtor e fornecedor de alimentos do mundo tem enormes implicações geopolíticas. É sobre este pano de fundo que deve ser avaliada a maioria das campanhas de ONGs ambientalistas e indigenistas contra as obras de infra-estrutura no Cerrado-Amazônia.

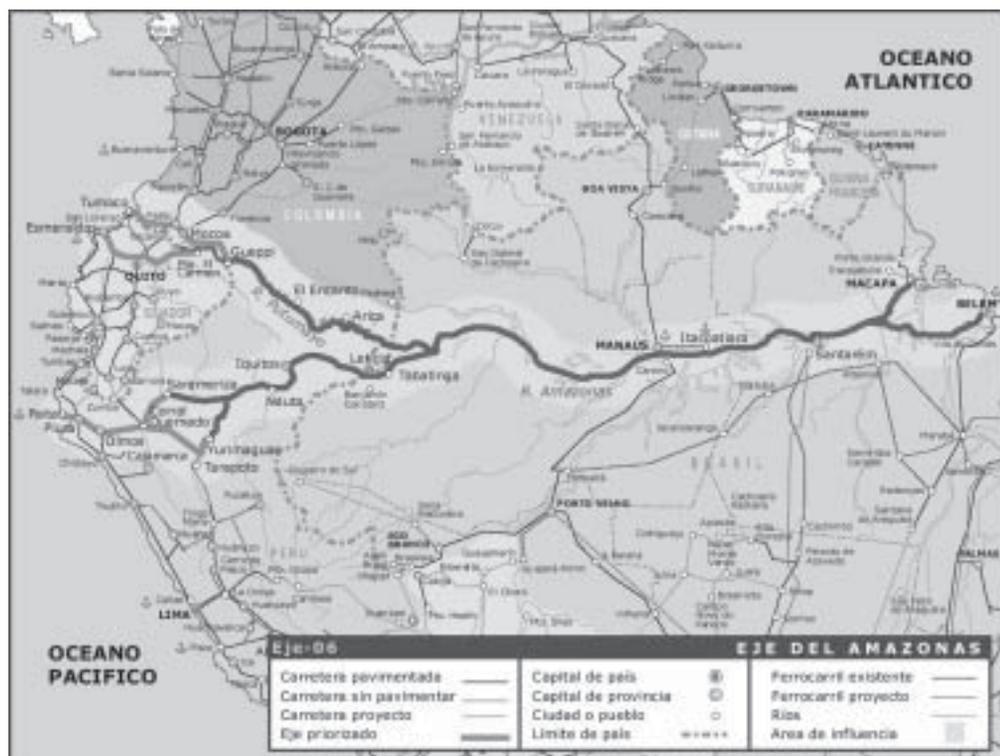


Fig. 2 – Mapa do Corredor Multimodal da Amazônia (IIRSA).

O mito da “Amazônia em chamas”

“Lute pela floresta... queime um brasileiro”. Estes são os dizeres de um adesivo plástico que inundou Londres e outras cidades européias no início dos anos 90, quando a propaganda da “Amazônia em chamas” atingia o seu clímax e o Brasil foi elevado à condição de “inimigo público ambiental número um” do planeta. Em realidade, o mote da campanha tem sido periodicamente invocado sempre que o aparato ambientalista internacional necessita reforçar suas campanhas de arrecadação de fundos ou quando se criam condições factíveis de implantação de obras de infra-estrutura na Amazônia brasileira.

Por outro lado, os problemas ambientais da Amazônia têm sido largamente superestimados ou mal apresentados pelos ambientalistas e, com freqüência, também pelas autoridades. As queimadas constituem o método mais primitivo de preparação de terrenos para a agricultura; a maioria dos agricultores que recorrem a ele o fazem pela absoluta falta de acesso às técnicas agrícolas modernas – que um País realmente preocupado com um “desenvolvimento sustentável” deveria se empenhar em proporcionar. Quanto ao desmatamento na região, um estudo divulgado pela EMBRAPA demonstrou que 95% das áreas

FIGHT FOR THE FOREST
... burn a Brazilian



desmatadas e de queimadas na Amazônia se localizam em torno de povoações, ou seja, foram feitas para o assentamento humano: "O resultado é quase uma revolução", declarou à revista *Veja* (21/11/99) o gerente da divisão de monitoramento por satélite da instituição, Evaristo Eduardo de Miranda, pois, segundo ele, pode subverter o conceito de que a exploração predatória e clandestina da madeira amazônica se localiza em regiões de fazendas e em pontos isolados na selva. O senão é que os ambientalistas radicais elevam tais problemas à categoria de uma catástrofe, que, supostamente, devastará a Floresta Amazônica em poucos anos, mentira que é repetida sistematicamente para provocar o máximo impacto negativo na opinião pública mundial. Neste clima de virtual histeria induzida, as autoridades brasileiras são pressionadas e, via de regra, têm reagido defensivamente, permitindo que projetos de infra-estrutura sejam descontinuados ou que a já confusa e complexa legislação ambiental nacional se torne ainda mais restritiva aos empreendimentos produtivos.

Um dos truques mais recorrentes utilizados pelo aparato ambientalista é "confundir" a ocorrência da floresta tropical úmida com os limites geográficos do mecanismo jurídico denomi-

nado Amazônia Legal, que inclui os estados do Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, cobrindo uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 61% do território brasileiro. Acontece que a floresta tropical úmida da Amazônia – "confundida" num grande número de estudos pseudocientíficos – ainda mantém cerca de 90% da sua cobertura vegetal primitiva e apresenta grandes áreas de savanas, sem falar nas igualmente significativas e férteis regiões das várzeas ribeirinhas, que podem e devem ser utilizadas para a produção de alimentos. Assim, por exemplo, quando ocorrem incêndios no lavrado (savana) de Roraima, a mídia internacional se apressa em estampar manchetes de primeira página afirmando que a "Amazônia está em chamas".

Um desses badalados estudos pseudocientíficos, intitulado *Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia*, foi escrito em abril de 2000 pelas ONGs Instituto Socioambiental (ISA), Woods Hole Research Center (WHRC), dos EUA, e pela filial brasileira desse último, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A tese central do documento, elaborado para obstaculizar as rodovias e outras obras de infra-estrutura no



Fig. 3 – Capa do relatório do ISA-WHRC-IPAM, que condena as rodovias amazônicas.

Cerrado-Amazônia que constavam do programa Avança Brasil, era a de que a pavimentação das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163), o trecho da Transamazônica entre Marabá e Rurópolis (BR-230), a Humaitá-Manaus (BR-319) e a Manaus-Boa Vista (BR-174), somando 4.600 km de extensão, induziria um vasto desmatamento da região. Extrapolando linearmente dados coletados, principalmente, no entorno da rodovia Belém-Brasília, seus autores chegam à conclusão de que a pavimentação

das referidas rodovias provocaria o desmatamento de 188 mil quilômetros quadrados nos 25 a 35 anos seguintes, considerando uma faixa de 50 km ao longo das margens de 3.600 km dessas rodovias. Ou seja, se considerada toda a extensão das rodovias e faixas laterais mais amplas, o desmatamento da “área florestal inflamável”, como os autores a descrevem, seria bem maior. O que fica implícito no documento é que as rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho e a PA-150, base de seus levantamentos, jamais deveriam ter sido construídas por causa da “destruição” que causaram e, supostamente, poderão agravar – pouco importando o papel decisivo no desenvolvimento, integração e ocupação territorial por elas proporcionado, o qual poderá ser bem maior com a sua pavimentação. Para eles, a Belém-Brasília ainda deveria se chamar “o caminho das onças”, como era conhecida por ocasião da sua construção.

É de grande relevância assinalar que o trabalho foi patrocinado pela Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID) e pelas fundações Tinker (EUA) e Avina (Suíça).

O *New York Times* entra em campo

Em 17 de setembro de 2003, o jornal *The New York Times*, conhecido porta-voz de importantes centros de poder dos EUA, publicou uma reportagem intitulada "Plantações de soja cortam fundo na Amazônia" ("Soy farming cuts deep into Amazon"), repetindo a litania ambientalista internacional que responsabiliza os produtores brasileiros de soja pelo "descomunal" desmatamento na Amazônia e atacando nominalmente o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por "defender a (plantação de) soja como um motor para o crescimento e desenvolvimento da Amazônia" e por seu objetivo de pretender "quase triplicar a área plantada de soja, nos próximos dez anos, no Mato Grosso".

Com a linguagem arrogante que caracteriza os porta-vozes dos grupos hegemônicos internacionais, Larry Rohter, correspondente do jornal na América Latina e autor do artigo, exige, implicitamente, o cancelamento da pavimentação da BR-163: "À medida que o preço da soja sobe, os produtores vão sendo empurrados para o norte, em direção ao coração da Amazônia, especialmente ao longo dos 1.750 quilômetros da rodovia chamada BR-163,

que liga esta cidade [Cuiabá] ao porto amazônico de Santarém. Com o apoio de [o presidente Luiz Inácio Lula] da Silva, os governos estaduais da Amazônia estão pressionando para a pavimentação completa da BR-163, mas cientistas e economistas dizem que isto poderia acelerar tanto o desmatamento como a [plantação] de soja... Mas especialistas são unânimes em afirmar que, se a plantação de soja continuar a disseminar-se nos Estados de Mato Grosso e Pará, a ameaça aos sistemas ecológicos da Amazônia irá agravar-se nos próximos anos".

Em apoio à sua tese, Rohter ouviu conhecidas estrelas do ambientalismo internacional, como o antropólogo Stephen Schwartzman, da ONG estadunidense Environmental Defense Fund e membro fundador do Instituto Socioambiental (ISA), uma das ONGs mais atuantes contra as obras de infra-estrutura na região. "O fator novo na equação da Amazônia é claramente a soja e a atração que ela exerce sobre o agonegocio", disse ele na reportagem. Schwartzman é conhecido como um dos mais atuantes propagandistas das "queimadas na Amazônia" na imprensa internacional. Outro citado no artigo

foi Daniel Nepstad, do IPAM, um dos autores do relatório acima mencionado condenando o programa Avança Brasil.

O momento da publicação e o artigo de Rohter devem ser analisados à luz da última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, México, onde o Brasil arremeteu um grupo de mais de 20 países em oposição às políticas para o setor agrícola (alimentos) dos “dois grandes”, EUA e União Européia, que, apesar de suas divergências comerciais no setor (principalmente com relação aos transgênicos), chegaram à reunião com uma posição única de manter a polêmica política de subsídios aos seus produtores agropecuários. Por esse motivo, o governador Blairo Maggi declarou ter interpretado a matéria do *New York Times* como um reflexo da concorrência entre os produtores estadunidenses e brasileiros de soja: “Eles (os estadunidenses) têm de usar desses recursos para frear a produção do Brasil, que já é o maior exportador mundial de soja e será o maior produtor. Essa liderança incomoda os EUA”, disse ele ao *Estado de São Paulo* de 22/09/2003, negando ter declarado ser favorável ao desmatamento da floresta amazônica visando a expansão da agricultura, como afirmou Rohter no artigo.

Em parte, o artigo do *New York Times* foi também uma resposta às declarações de Maggi, feitas em agosto, em Lucas do Rio Verde (MT), por ocasião da assinatura do protocolo de inten-

ções da formação de um consórcio privado para o asfaltamento da BR-163. No evento, Maggi definiu o projeto como o caminho do desenvolvimento do país e prometeu elevar, nos próximos dez anos, a produção agrícola do Estado de 17 para 45 milhões de toneladas: “A sociedade anseia por melhores condições de vida e, para realizar isto, eu preciso gerar emprego e renda, e trabalharei, dentro do que for permitido na legislação brasileira, para realizar isto”, disse ele. Na ocasião, Maggi enviou um recado direto ao aparato ambientalista internacional ao ressaltar que cumprirá a legislação ambiental, que autoriza a utilização de 20% das áreas de florestas na Amazônia e de 65% nas do Cerrado: “Iremos trabalhar para o desenvolvimento deste Estado e eu vou respeitar a lei. Se não querem que cumpramos o que já está definido, que mudem”, enfatizou.

É relevante observar que Rohter é conhecido no meio jornalístico como um conduto para o “vazamento” de certas diretrizes políticas do Departamento de Estado dos EUA, como descrito por Jack Lule em seu livro de 2001 *Daily News, Eternal Stories: The Mythological Role of Journalism* (Notícias diárias, histórias eternas: o papel mitológico do jornalismo), no qual narra com detalhes as peripécias de Rohter para cobrir, sempre favoravelmente, as drásticas mudanças de rumo da política do Departamento de Estado com relação ao Haiti durante o regime do ditador Jean-Bertrand Aristide.

As ONGs se articulam

Em maio de 2003, o Governo Lula anunciou a sua intenção de financiar parte dos projetos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que estava em elaboração, atraindo o setor privado com a criação do programa de Parceria Público-Privado (PPP), classificado como uma das “engenharias financeiras inovadoras” a serem adotadas. Na mesma ocasião, representantes do agronegócio e das indústrias da Zona Franca de Manaus decidiram pleitear a concessão da rodovia BR-163 e financiar o que falta de sua pavimentação, entre a divisa de Mato Grosso com o Pará e o município de Miritituba (PA). A parceria viabilizaria uma nova rota para os produtos da Zona Franca de Manaus e o escoamento da produção agrícola da região pelo porto de Santarém. Na ocasião, o governador Blairo Maggi informou que a proposta recebera o apoio do presidente Lula e também do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e que o BNDES sinalizara interesse em financiar a obra.

Dias depois, uma rede de ONGs lideradas pela Friends of the Earth (Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, como se denomina sua filial local) lançou na Internet um portal chamado

Sinal Vermelho (www.sinalvermelho.org.br), onde lista uma série de obras que integrariam o PPA e, supostamente, apresentariam um “alto risco de impacto social e ambiental sobre as comunidades locais”. O propósito evidente da iniciativa é o de intimidar e afugentar eventuais investidores privados, ou seja, visando o esquema PPP. Por exemplo, a pavimentação da BR-163 é descrita no portal antidesenvolvimentista como um empreendimento que “pode gerar um novo ciclo de expansão descontrolada da fronteira econômica numa área crítica da Amazônia, provocando exploração madeireira, desmatamento, queimadas, especulação fundiária, êxodo rural, urbanização e poluição”. Igualmente, são reproduzidos os resultados alarmistas de estudos pseudocientíficos elaborados por outras ONGs. A lista inclui outros projetos de infra-estrutura, como as usinas hidrelétricas de Belo Monte e Santa Isabel, o gasoduto Urucu-Porto Velho, as hidrovias Araguaia-Tocantins e Paraguai-Paraná e outras.

É interessante observar que a base das descrições dos projetos de infra-estrutura listados no portal é um estudo intitulado *Dossier sobre os riscos socioambientais dos projetos de ener-*

gia e infra-estrutura no Brasil apresentados como oportunidades de negócio a investidores internacionais. O trabalho foi patrocinado pela Fundação Heinrich Böll, do Partido Verde da Alemanha, é apresentado como uma realização da ONG Coalizão Rios Vivos (dirigida por Alcides Faria), coordenado por Lúcia Schild Ortiz (Friends of the Earth Brasil) e tendo como autores Glenn Switkes (International Rivers Network), Maurício Galinkin (Fundação Cebrac), Barbara Happe (da ONG alemã Urgewald) e José Rafael Ribeiro (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica). O objetivo explícito do dossiê é desestimular eventuais investidores alemães em obras de infra-estrutura no Brasil, em decorrência da reunião ocorrida no início de 2002 entre o então presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro-ministro alemão Gerhard Schröder, na qual acordaram pelo lançamento de uma iniciativa comum na área de infra-estrutura e energia, visando oportunidades de investimentos nestes setores no Brasil. Em junho daquele ano, foi lançada em Hamburgo a “Iniciativa Brasil-Alemanha para Cooperação no setor de Infra-estrutura e Energia”. Ressalte-se que a Fundação Heinrich Böll é mantida pelo governo alemão, tem um orçamento anual equivalente a R\$ 70 milhões e inaugurou, em 2002, seu escritório no Brasil, no Rio de Janeiro, com um orçamento anual de R\$ 3 milhões.

Em julho passado, e apesar das pressões contrárias, o governo deixou

as ONGS ambientalistas furiosas ao alterar um decreto presidencial retirando a condição de “Zona Especial de Gestão Territorial” referente à área em torno da rodovia BR-163. Na mesma ocasião, começaram a aparecer na imprensa local e mundial os primeiros informes sobre o recrudescimento dos “alarmantes” índices de desmatamento na Amazônia e, logo em seguida, a ONG Conservation International lançou outro relatório sobre a região, intitulado *Transformando o arco do desmatamento no arco do desenvolvimento sustentável*, com sugestões radicais envolvendo reservas ambientais, indígenas e de assentados ao longo de um verdadeiro “cordão sanitário” para conter o avanço da “fronteira agrícola”.

O “cordão sanitário” engloba 524 municípios e uma população superior a 10 milhões de pessoas. Segundo o estudo, as reservas e parques naturais aí existentes abrangem 6,5 milhões de hectares e as reservas indígenas, outros 24,4 milhões de hectares. Entre as propostas apresentadas, incluem-se a total proibição de novas licenças de desmatamento na região, a criação de 34 novas reservas naturais (das quais 15 de “proteção integral”, com área mínima de 500 mil hectares), o estabelecimento de “corredores ecológicos” conectando entre si todas as áreas protegidas e o incentivo, concedendo facilidades de obtenção de financiamento, para a criação de Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPNs) ao longo do “cordão”.

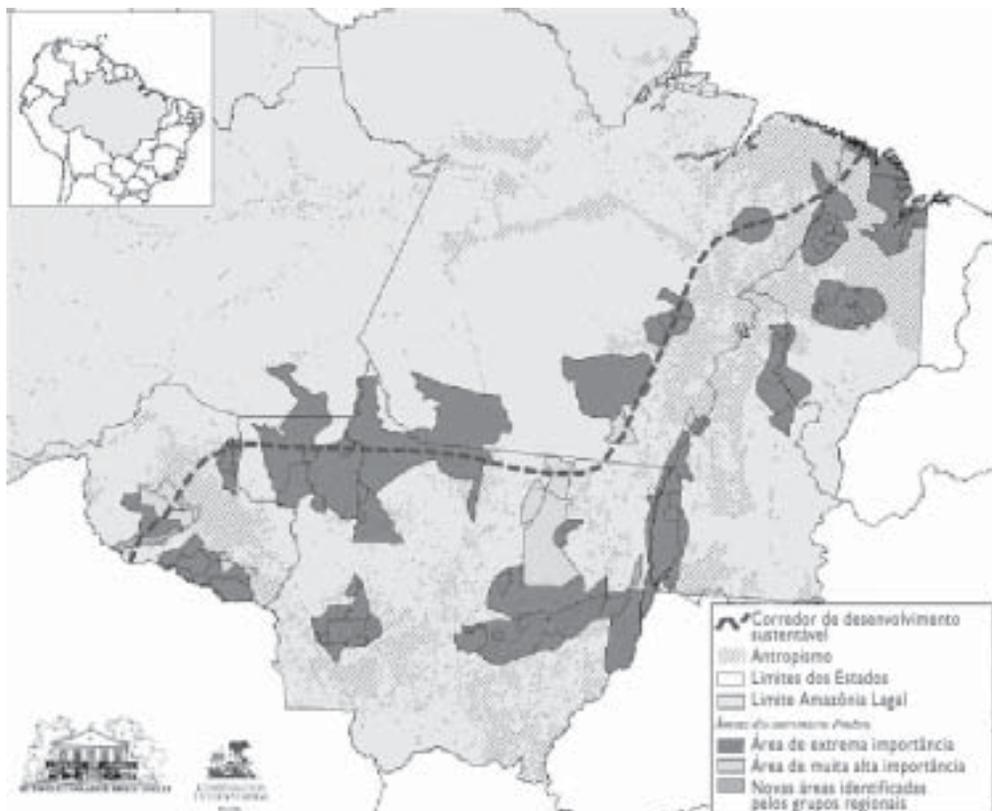


Fig. 4 – “Cordão sanitário” proposto pela Conservation International para isolar a Amazônia do Cerrado.

A justificativa para a criação do “cordão sanitário” é o aumento do controle sobre o desmatamento desordenado que ocorre na região de transição entre o Cerrado e a Amazônia, praticado principalmente por assentados do INCRA. Porém, seria ingenuidade não enxergar na proposta mais uma tentativa dos “capatazes do neocolonialismo” e seus controladores para isolar a Amazônia brasileira do restante do País. Basta mencionar que um dos “inspiradores” do novo modelo é sir Ghilleen Prance, ex-diretor do Royal Botanical Gardens de Kew, Inglaterra, colaborador usual da Conservation International. Sir Ghilleen, além de ser um renomado especialista na flora das

florestas da Amazônia, tem dirigido expedições anuais à região durante os últimos 25 anos, fala português fluentemente e integra a alta hierarquia do *Establishment* imperial britânico, como demonstram o seu título nobiliárquico e a sua permanência por nove anos no Royal Botanical Gardens, posto geralmente reservado para tais personalidades.

A ofensiva dessa “Máfia Verde” contra os projetos de infra-estrutura na Amazônia prosseguiu com o Grupo de Assessoria Internacional (IAG, na sigla em inglês) do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (o chamado PPG-7, mantido pelos sete países membros do G-7), que entregou à ministra do Meio Am-

biente, Marina Silva, o relatório da 19ª. Reunião de avaliação do programa, intitulado *O PPA 2004-2007 na Amazônia: novas tendências e investimentos em infra-estrutura*. A tônica do relatório é que todas as obras devem ser reavaliadas – eufemismo para não implementá-las –, alegadamente, porque os seus verdadeiros impactos sociais e ambientais não foram devidamente considerados. Entre outras sugestões, o relatório do IAG propõe que os grandes empreendimentos devam pagar uma espécie de “Pedágio Amazônia” para formar um fundo destinado à compensação do passivo social que eles iriam causar aos agricultores familiares e às populações tradicionais, ameaçados de expulsão de suas terras. Ou seja, seria uma forma maldisfarçada de um “imposto verde” sobre aqueles empreendimentos. O presidente do IAG, Roberto Smeraldi, acumula a função com a direção da filial brasileira da ONG internacional Amigos da Terra.

Mais recentemente, o ISA lançou outro portal na Internet, intitulado “O Xingu na mira da soja” (www.socioambiental.org/website/especiais/soja/1.shtm), visando mais especificamente a BR-163. A tese apresentada é que a expansão da soja no entorno do Parque Indígena do Xingu, associada à implantação de obras de infra-estrutura na região, ameaçariam os recursos naturais, os rios e a sobrevivência das populações locais. Dentre essas obras são destacadas a conclusão da pa-

vimentação da BR-163 e de sua conexão com a BR-158, o asfaltamento da BR-242 (conhecida como Rodovia da Soja) e a hidrovía Araguaia-Tocantins.

No final de setembro, o ISA realizou, em Sinop (MT), um encontro com representantes de ONGs, sindicatos, da Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat) e do Ministério Público, objetivando “iniciar uma articulação entre representantes dos vários municípios da bacia do Xingu e adjacências no sentido de organizar um movimento que venha propor alternativas sustentáveis para a região”. A reunião foi coordenada por Rosely Santos, do ISA, que anunciou para novembro a realização do encontro seguinte, em Guarantã do Norte (MT) – onde se inicia a parte não asfaltada da BR-163 -, com uma vasta agenda, que inclui a “organização, mobilização social e articulação política regional” contra os referidos empreendimentos.

Em paralelo, a filial brasileira do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) está promovendo uma série de debates intitulada “O arco do desmatamento”, sobre a expansão agrícola na região que abrange o centro-norte do Cerrado, o sul da Amazônia e as áreas de transição entre estas regiões. O ciclo de palestras está sendo realizado em conjunto com o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) e tem ocorrido todas as quartas-feiras, até dezembro próximo.

A já mencionada carta das “500 ONGs” se insere nesse contexto.

Quem são os “capatazes do neocolonialismo”

Apresentamos a seguir um perfil sintético das principais ONGs que têm se destacado em ações e campanhas contra empreendimentos nas regiões do Cerrado-Amazônia, alegadamente, por questões ambientais ou indígenas. Uma análise dos relacionamentos e vinculações com centros internacionais de poder justifica plenamente o título de “capatazes do neocolonialismo”.

Amigos da Terra (Friends of the Earth)

A criação do Friends of the Earth (FoE) está ligada ao lançamento público da “pedra fundamental” do movimento ambientalista nos EUA, com a celebração do primeiro Dia da Terra, em 22 de abril de 1970, planejado, financiado e executado pelos altos escalões do *Establishment* anglo-americano. O financiamento para o Dia da Terra veio diretamente do bolso de Robert O. Anderson, então presidente da empresa petrolífera Atlantic Richfield e do Instituto Aspen. Paralelamente ao evento, Anderson contribuiu com 200 mil dólares para a fundação do FoE, a primeira de uma série de novas ONGs que seriam criadas com o apoio das

elites malthusianas e que viriam a desempenhar um papel fundamental na difusão da ideologia ambientalista. A maior parte dos membros iniciais do FoE foi recrutada entre os quadros dos Federalistas Mundiais (World Federalists) e dos Cidadãos Planetários (Planetary Citizens), organizações criadas no pós-guerra pelo mentor de Anderson, Robert Hutchins, reitor da Universidade de Chicago, e seus dois íntimos colaboradores britânicos, Bertrand Russell e Aldous Huxley. Norman Cousins, editor da revista *Saturday Review* e membro do Instituto Aspen, era um patrocinador dos Cidadãos Planetários e tornou-se um dos primeiros membros do conselho diretor do FoE.

Nominalmente, o FoE foi fundado por David Brower, o “arquidruída” radical do movimento ambientalista estadunidense, que liderou o grupo por 10 anos. Posteriormente, Brower fundou o Earth Island Institute, que tem dois “braços” principais: a Rainforest Action Network (em cujo conselho diretor tem assento o terrorista Mike Roselle, líder do Earth First!) e a International Rivers Network (IRN), integrante da Coalizão Rios Vivos e uma das coordenadoras da campanha contra a hidrovia Paraná-Paraguai. O principal ativista da IRN para a América Latina é Glenn Switkes.

A sede mundial do FoE situa-se em Londres, de onde controla uma rede mundial de afiliados. O traslado do FoE dos EUA para a Grã-Bretanha, ocorrido logo após sua fundação, foi financiado por sir James Goldsmith e pela família Rothschild. Ainda em 1970, Edward Goldsmith, irmão de sir James, fundou a revista *The Ecologist*, da ala radical do movimento ambientalista, e lançou o Partido Verde do Reino Unido, modelo de seus congêneres europeus. O fundador do FoE na França, Brice LaLonde, foi nomeado ministro de Meio Ambiente pelo presidente François Mitterrand, cujo pensamento “ambientalista” pode ser resumido por sua declaração perante a Conferência

de Haia, realizada em abril de 1989, de que o Brasil deveria “renunciar a parcelas de sua soberania sobre a região Amazônica”. Sua viúva, Danielle Mitterrand, é uma das mais importantes indigenistas internacionais da atualidade e elo de ligação entre o MST e os zapatistas, movimento insurgente do México.

Em sua diretoria, o FoE tem contado com representantes da nata do *Establishment* oligárquico, como: o finado Aurelio Peccei, do Clube de Roma; lord Solly Zuckerman, ex-assessor científico do Governo britânico; e Jonathon Porritt, assessor e amigo pessoal do príncipe Charles. Em novembro de 2000, Porritt foi nomeado para ocupar a “assessoria ambiental” do Ministério das Relações Exteriores britânico, juntamente com sir Crispin Tickell, outro notório estrategista do ambientalismo britânico.

Desde sua fundação, o FoE tem se mantido principalmente com contribuições, que ascendem a milhões de dólares, das grandes fundações filantrópicas norte-americanas, o que é suficiente para determinar quais são seus reais propósitos “ambientalistas” no Brasil e outros países em desenvolvimento.

O presidente da filial brasileira do grupo é Roberto Smeraldi.

Conservation International

A Conservation International (CI) é uma dissidência da maior e mais rica ONG do mundo, a estadunidense The Nature Conservancy (TNC). A CI é muito ativa na América do Sul e foi dela a idéia de criar um parque natural na região da Cordilheira do Condor, área de conflito entre Peru e Equador, que foi palco de operações militares de envergadura. A região possui comprovados depósitos auríferos e outros minérios.

A CI também está presente na Selva Lacandona, centro operacional dos "zapatistas", guerrilheiros que pregam a separação do riquíssimo estado mexicano de Chiapas. Peter Seligman, então presidente da CI, anunciou em 17 de junho de 1996 que a entidade estava canalizando 10 milhões de dólares para a serem aplicados em "projetos" na Selva Lacandona. É também bastante conhecida a atuação da CI na criação e administração de um cordão de parques naturais no Peru e na Bolívia, que inclui a região de Camisea, no Peru, onde estão localizadas as maiores reservas petrolíferas do país.

No Brasil, além da Mata Atlântica, a CI definiu como prioridade três outras áreas: o Pantanal, o Cerrado e a Caatinga. A CI financia ou mantém convênios com diversas ONGs locais e promove "workshops" para garantir que as ações dos ambientalistas no

Brasil estejam sincronizadas com a agenda e o cronograma estabelecidos.

Para desenvolver seus projetos no Brasil, a CI conta com generosas contribuições das grandes fundações "filantrópicas" norte-americanas e mesmo de agências governamentais. A CI foi uma das quatro beneficiárias da USAID (US Agency for International Development), que destinou ao Brasil 5 milhões de dólares em seu orçamento de 1997 e 4,75 milhões de dólares no de 1998, para o desenvolvimento de atividades florestais "ambientalmente sustentáveis", onde se incluem especificamente a Amazônia e o Cerrado brasileiros (para outros anos, ver www.usaid.gov/regions/lac/br/).

Um destes convênios da CI no Brasil é feito com a Fundação Ecológica de Mineiros (Fundação Emas), que administra o Parque das Emas, no sul de Goiás, localizado estrategicamente no divisor de águas das Bacias Prata-Araguaia. O convênio é financiado pela Alfred Jurzykowski Foundation, Inc. e pela Ford Motor Company. Outro convênio, feito com a Comunidade Indígena Kayapó, visa a conservação dos ecossistemas do Alto Xingu e tem, como patronos financeiros, a Embaixada do Canadá no Brasil, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a Ford Motor Company, a David Suzuki Foundation, e o Banco Mundial.

A CI é a mentora da criação do conceito de “corredores de conservação” para “resolver o dilema da fragmentação de habitats e impactos adversos para a sobrevivência de espécies”.

A utilização da carta ambiental pelo *Establishment* anglo-americano como fator de controle geopolítico foi claramente enunciado pelo atual presidente mundial da Conservation International, Russel Mittermeier, ex-vice-presidente do Programa de Conservação do WWF, num seminário realizado em 1990 no Brasil: “Com o alívio das tensões Leste-Oeste, o mundo entrou em uma era na qual as agendas política e econômica serão modeladas pelo alargamento do fosso entre as regiões temperadas e tropicais. Nesta nova era, a conservação de florestas tropicais não é apenas uma prioridade ambiental mas um marco de estabilidade geopolítica.”

Instituto Centro de Vida (ICV)

O ICV foi criado em 1991 por Sérgio Guimarães e é sediado em Cuiabá (MT). Ex-secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Guimarães é pró-digo no recolhimento de “doações” estrangeiras, inclusive de governos, para promover campanhas contra a Hidrovia Paraguai-Paraná e outras obras de infra-estrutura.

Entre outros, o ICV tem recebido recursos financeiros da Fundação W. Alton Jones (pelo menos 110 mil de dólares), do Governo canadense, por intermédio do International Development Research Council (144 mil e 240 mil dólares) e do Governo dos EUA, por meio da Inter-American Foundation (276 mil dólares).

Instituto Socioambiental (ISA)

O Instituto Socioambiental (ISA) representa a fusão das campanhas indigenista e ambientalista. Foi fundado em 1994 como sucessor do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). O ISA é, atualmente, uma das ONGs mais ativas e influentes no Brasil. Seu membro fundador e ex-diretor, João Paulo Capobianco, ocupa atualmente a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Os vínculos do ISA com o aparato ambientalista internacional podem ser constatados na lista dos seus membros fundadores, que inclui:

- *Barbara Bramble*: diretora de Projetos Internacionais da National Wildlife Federation (NWF), ativa participante da campanha contra o Projeto Polonoroeste e do “Projeto Chico Mendes”, foi uma das coordenadoras do célebre Encontro de Altamira (PA), em 1989, que redundou no

cancelamento do projeto da hidrelétrica de Cararaô (atual Belo Monte), no rio Xingu.

- *Stephen Schwartzman*: ativista e dirigente do Environmental Defense Fund (EDF). Nos anos 80, trabalhou concomitantemente no Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC, ONG sediada em Brasília) no desenvolvimento de laços entre ONGs estadunidenses e brasileiras. Foi também o elo de ligação entre o CEDI e o EDF. O EDF foi fundado em 1967 com o objetivo específico de banir a utilização do DDT e tem entre seus dirigentes políticos e ex-altos funcionários de governo estadunidense.

- *Willem Pieter Groeneveld*: holandês radicado em Rondônia, organizou os seringueiros de Rondônia em nome do capítulo canadense da Cultural Survival (CS). Fundou, com o suporte financeiro do Friends of the Earth da Suécia, o Instituto para a Pré-História, Antropologia e Ecologia (IPHAE), sediado em Porto Velho (RO). Recebeu ajuda financeira da Canadian International Development Agency (CIDA) para atuar na conferência Rio-92 e atuou como consultor da embaixada do Canadá no Brasil, para selecionar ONGs brasileiras que pudessem receber auxílio financeiro da CIDA.

- *Tony Gross*: agente da Oxfam (ONG britânica) no Brasil, trabalhou junto ao CEDI.

- *Jason Clay*: diretor da Cultural Survival. Defende o “nacionalismo étnico” contra o Estado nacional. Também foi consultor da CIDA no Brasil.

Uma das figuras chave para a “decolagem” do ISA foi *Márcio Santilli*, egresso do CEDI e também fundador do Núcleo dos Direitos Indígenas (NDI). Santilli, que é formado em filosofia, foi deputado federal por São Paulo (1982-86) e presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Durante o seu mandato parlamentar, presidiu a Comissão do Índio na Câmara dos Deputados e foi o responsável pela coordenação da ação do aparato indigenista na tentativa de influenciar a Assembléia Constituinte de 1987-88, com o objetivo de implementar o conceito de “plurinacionalidade” no Brasil. Santilli é um egresso do programa de lideranças ambientais da USAID.

Uma análise dos financiadores externos do ISA indica que a ONG “herdou” fontes financeiras estabelecidas pelo CEDI. Um exemplo é a ICCO (Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento), com sede na Holanda e mantida pelo governo holandês, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento.

Nominalmente, a ICCO trabalha em benefício de diversas igrejas protestantes européias, que estão representadas em sua direção, e tem uma receita anual de 86 milhões de dólares. Em 1994, por exemplo, repassou 8,1 milhões de dólares para ONGs brasileiras. Seus temas prioritários são o desenvolvimento rural sustentável, direitos humanos e ambientalismo. Não por coincidência, a ICCO é vinculada ao Conselho Mundial de Igrejas.

Entre os seus principais financiadores, destacam-se a ICCO; o Programa Norueguês para Povos Indígenas (FAFO - financiado pelo Governo da Noruega); União Européia; Fundação Ford; Rainforest International (Governo da Noruega); The Rainforest Foundation International; Instituto para a Cooperação Internacional (Áustria); IIZ - Campanha Aliança pelo Clima (Governo da Áustria), NCA-Norwegian Church Aid, USAID e outros. No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente e a Funai têm atuado como patrocinadores ou parceiros do ISA em vários projetos.

Woods Hole Research Center / IPAM

O Woods Hole Research Center (WHRC) foi fundado e ainda é presidido pelo biólogo George M. Woodwell, também membro fundador

do EDF, do World Resources Institute e do Natural Resources Defense Council, ex-presidente da Ecological Society of America, ex-presidente e atual membro do conselho nacional do WWF dos EUA e um dos oito membros do conselho consultivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), que funciona como uma espécie de filial brasileira do WHRC.

Woodwell iniciou sua trajetória no aparato ambientalista internacional no início da década de 1970, no EDF, com campanha anti-DDT. A seriedade científica de Woodwell pôde ser apanhada durante as audiências efetuadas em 1972 pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) para avaliar a necessidade de banimento do DDT, quando foi apanhado utilizando dados “fabricados” para sustentar os seus pontos de vista alarmistas sobre o pesticida.

Como ocorre com a quase totalidade das ONGs do aparato ambientalista, o WHRC é financiado predominantemente pela rede de fundações “filantrópicas” do *Establishment* dos EUA. Em 1995, a entidade recebeu 215 mil dólares da Fundação MacArthur, para elaborar políticas de desenvolvimento florestal “adequadas”. No mesmo ano, o WHRC recebeu 200 mil dólares da Fundação W. Alton Jones.

Para suas campanhas contra o desenvolvimento econômico da Amazônia, o WHRC recebe contribuições do próprio Governo dos EUA, via USAID.

Em maio de 1995, dirigentes do WHRC fundaram o IPAM como uma sucursal no Brasil, sediada no campus da Universidade Federal do Pará. Entre os membros do conselho consultivo do IPAM, que traça as diretrizes da instituição, destacam-se:

George Woodwell; o biólogo Daniel Nepstad; o geólogo Irving Foster Brown, ex-professor da Universidade Federal Fluminense; a antropóloga Christine Padoch, do Jardim Botânico de Nova York. Nepstad e Brown têm sido os principais alimentadores do WHRC para a imprensa internacional sobre as queimadas "alarmantes" e outros exageros pseudocientíficos sobre a Amazônia.

Defenda a Nação com a arma das idéias

Leia, assine e divulgue as publicações do
Movimento de Solidariedade Ibero-americana

Nome _____

End. _____

Cidade _____ UF _____ CEP _____

Tel.: _____ E-mail _____

() Assinatura anual de *Solidariedade Ibero-americana* - R\$ 50,00

() Assinatura de apoio - R\$ 75,00

() *O Complô para aniquilar as Forças Armadas e as nações da Ibero-América* - R\$ 40,00

Opção de pagamento:

[] Cheque nominal ao Movimento de Solidariedade Ibero-americana.

[] Depósito bancário no Bradesco, em nome do MSIA, ag. 0445-6, c.c. 109.848-9.

Envie seu pedido e cheque ou comprovante de pagamento ao **MSIA**

R E M E T E N T E

R. México, 31 s. 202 CEP 20031-144 – Rio de Janeiro – RJ telefax +(21) 2532-4086
Caixa Postal 5035 CEP 90041-970 – Porto Alegre – RS telefax: +(51) 3331-6164